



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**Aquisição de veículos destinados ao uso operacional do Departamento de Iluminação Pública.**

**Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança - SEMOT.**

| <b>Data</b> | <b>Versão</b> | <b>Descrição</b>  | <b>Autor</b>   |
|-------------|---------------|---|--|
| 26.02.2026  | 1ª            | <b>Abertura de processo licitatório para aquisição de 01 (uma) caminhonete tipo pick-up, cabine dupla, tração 4x4, diesel, equipada com snorkel, na cor branca e 01 (um) caminhão equipado com cesto aéreo isolado, altura mínima de trabalho de 14 metros, destinados ao uso operacional da SEMOT.</b> | <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Everton Luís Lima Reis.</b></li></ul> |

Santo Antônio da Patrulha, 26 de fevereiro de 2026.



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO**

O inciso XX do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com o artigo 8º do Decreto Municipal nº 333/2022, fundamenta a elaboração deste documento, que constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação. Trata-se de procedimento voltado ao interesse público, destinado a identificar a melhor solução para a demanda apresentada e a embasar os projetos subsequentes, caso se conclua pela sua viabilidade.

### **1. INTRODUÇÃO AO OBJETO.**

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

O objeto da presente licitação é a aquisição de 01 (uma) caminhonete tipo pick-up, cabine dupla, tração 4x4, movida a diesel, equipada com sistema de admissão elevada de ar (snorkel), na cor branca, e 01 (um) caminhão equipado com plataforma de trabalho aéreo (cesto aéreo) isolado, com altura mínima de trabalho de 14 metros; destinados ao uso operacional da Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança SEMOT.

Embora se tratem de objetos com características técnicas distintas, a condução do processo de forma unificada justifica-se por razões de natureza administrativa, orçamentária e operacional, uma vez que ambas as aquisições decorrem de mesma fonte de recursos, qual seja, o superávit financeiro apurado no exercício de 2025 no âmbito do Departamento de Iluminação Pública. Ademais, a tramitação conjunta proporciona ganhos de eficiência administrativa, com racionalização dos atos processuais, redução de custos operacionais e otimização do tempo de instrução e contratação, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se, ainda, que será assegurada a ampla competitividade do certame, mediante a adequada estruturação do processo, especialmente com a divisão em itens ou lotes distintos, conforme a natureza de cada veículo, permitindo a participação de diferentes fornecedores especializados, sem prejuízo à isonomia entre os licitantes.

A aquisição da caminhonete justifica-se pela necessidade de proporcionar à equipe da Secretaria melhores condições de trabalho, maior segurança, agilidade no deslocamento e capacidade de atendimento em áreas de difícil acesso, especialmente em ocorrências envolvendo



enchentes, alagamentos, deslizamentos, atendimento em áreas rurais, estradas não pavimentadas e locais atingidos por eventos climáticos adversos.

Por sua vez, o caminhão equipado com plataforma de trabalho aéreo (cesto aéreo) isolado, com altura mínima de trabalho de 14 (quatorze) metros, destina-se à execução dos serviços de manutenção, expansão e modernização do sistema de iluminação pública do Município.

Atualmente, os serviços são executados diretamente pela Administração, que dispõe de frota limitada e com elevado tempo de uso, composta por veículos com mais de 12 (doze) anos de utilização. Em razão do desgaste natural decorrente do uso contínuo e da impossibilidade de paralisações prolongadas para manutenção ao longo de sua vida útil, tais veículos passaram a apresentar recorrentes falhas mecânicas, resultando em indisponibilidade operacional e atrasos na execução dos serviços.

Destaca-se que o Município conta, na prática, com apenas um veículo com características adequadas à execução dos serviços em altura, o que gera elevada dependência operacional e risco de paralisação das atividades em casos de manutenção preventiva ou corretiva. Tal cenário compromete a continuidade dos serviços essenciais e impacta diretamente o atendimento à população.

Adicionalmente, verifica-se a existência de demanda reprimida no Município, bem como a implementação de projetos de expansão da rede de iluminação pública e de modernização tecnológica, com a substituição de luminárias convencionais por luminárias em tecnologia LED. Tais iniciativas ampliam significativamente a necessidade de utilização de equipamentos adequados para trabalho em altura, com segurança e eficiência.

Nesse contexto, a aquisição de novo caminhão equipado com cesto aéreo mostra-se imprescindível para garantir a continuidade, a ampliação e a melhoria da prestação dos serviços públicos de iluminação, assegurando maior disponibilidade operacional, redução de interrupções, ganho de produtividade e atendimento mais célere às demandas da coletividade.

Dessa forma, a contratação pretendida visa não apenas suprir deficiências operacionais atualmente existentes, mas também estruturar adequadamente o Município para atender às demandas futuras, em consonância com os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e interesse público.

Para levantamento da demanda, a Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Segurança identificou a necessidade de aquisição dos referidos veículos como item essencial ao desempenho de suas atividades operacionais, tendo como objetivo ampliar a capacidade de atendimento às



demandas do Município, garantindo maior eficiência nas ações de apoio às ocorrências emergenciais, manutenção de vias, atendimento em áreas rurais e suporte às atividades operacionais desenvolvidas pela Secretaria.

A presente contratação conta com respaldo orçamentário decorrente de superávit financeiro apurado no exercício de 2025 no âmbito do Departamento de Iluminação Pública, garantindo a viabilidade de sua execução.

## **2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO.**

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de Santo Antônio da Patrulha, como se vê nos itens 5425 e 5426 daquele documento, estando assim alinhada no planejamento desta administração.

## **3. DEFINIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.**

Os veículos, objeto do presente processo, consistem em **01 (uma) caminhonete tipo pick-up, cabine dupla, tração 4x4, diesel, equipada com snorkel, na cor branca e 01 (um) caminhão equipado com plataforma de trabalho aéreo (cesto aéreo) isolado, com altura mínima de trabalho de 14 metros.**

Trata-se de bens de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente em edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme dispõe o art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada mediante licitação na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço, nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Para o fornecimento do objeto pretendido, os licitantes deverão comprovar atuação em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, garantir a qualidade do produto ofertado e apresentar a documentação de habilitação prevista no art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

### **3.1. LOCAL E DATA DE ENTREGA:**

A entrega da caminhonete tipo pick-up, cabine dupla, tração 4x4, diesel, equipada com snorkel, na cor branca deverá ser efetuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, enquanto a entrega do caminhão equipado com plataforma de trabalho aéreo (cesto aéreo) isolado,



com altura mínima de trabalho de 14 metros, deverá ser efetuada no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos. Ambos devem ser entregues e devidamente descarregados na Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança (SEMOT), localizada na Rua Senador Alberto Pasqualini, 867 - Lot. Solar, Santo Antônio da Patrulha - RS, no prazo máximo de cada item, a contar da solicitação formal, por meio do envio da Nota de Empenho, ou em local previamente indicado por esta Secretaria ou pelo fiscal do contrato, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 7h30min e 11h30min, e das 13h30min às 17h30min. Este horário poderá ser alterado a critério da Administração Municipal.

Os veículos deverão ser entregues com emplacamento e licenciamento completos, expedidos pelo órgão competente (DETRAN), em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha/RS, incluindo o pagamento de todas as taxas, impostos, e demais despesas necessárias à regularização para circulação, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

Os veículos deverão ser transportados até o local da entrega por outro veículo, de modo que não venham rodando. Serão considerados como zero quilometro (0 km), veículos que não tenham sido utilizados pelo proprietário anterior e possuam quilometragem que caracterize essa situação, limitados até 50 km rodados.

Caso o item entregue não atenda às especificações estabelecidas no edital, estará sujeito à devolução, hipótese em que o licitante vencedor deverá providenciar a substituição imediata, sem ônus para a Administração.

Cabe ressaltar que, na maioria das vezes, as empresas, no momento da entrega, não esperam pela conferência do produto (pelo fato de terem horários a cumprir), o que acaba dificultando o trabalho de fiscalização. Considerando isso, comunicamos que o recebimento do bem será provisório pelo período de 48 (quarenta e oito) horas, tempo hábil para devida conferência e devolução, se for o caso.

### **3.2. PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega do bem, mediante a apresentação dos documentos de cobrança, em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, nos quais deverá estar discriminado o bem entregue, e deverá ainda, constar na Nota Fiscal, o número da Licitação e o número da Nota de Empenho prévio, emitida por esta Prefeitura.



O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada pela detentora do contrato no processo licitatório.

Não será efetuado qualquer pagamento à empresa detentora do contrato enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

### **3.3. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Entregar em perfeitas condições de uso os veículos, objeto da presente licitação.

Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE.

Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causar-lhes, em decorrência do fornecimento do objeto contratual, sem prejuízo de suas responsabilidades.

Comunicar, por escrito, na forma do estabelecido no Termo de Referência, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido no fornecimento do material.

Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

Efetuar a troca dos veículos, objeto do contrato, caso não estejam de acordo com o exigido.

Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais.

A CONTRATADA deverá fornecer garantia total de fábrica para os veículos, objeto do contrato, por, no mínimo, 5 (cinco) anos, considerando peças, mão de obra, ar-condicionado central, defeitos de fabricação, montagem e funcionamento decorrente de desgastes prematuros durante a operação e emprego normais, a contar da data de recebimento definitivo do veículo no local de entrega. Além disso, deverá ser fornecida garantia mínima de 12 (doze) meses para o cesto aéreo, abrangendo também peças, mão de obra e eventuais defeitos de fabricação e montagem, nos mesmos termos.

Durante o período de garantia, a contratada deverá realizar, sem custos adicionais para a CONTRATANTE, as revisões periódicas dos veículos, conforme previsto no manual do fabricante.





Como requisito da contratação, a empresa contratada deverá realizar a entrega técnica assistida dos equipamentos, contemplando orientação operacional e treinamento básico aos servidores designados pela Administração, abrangendo o uso adequado dos veículos e, especialmente, a operação segura do equipamento de cesto aéreo, com fornecimento de comprovação da capacitação realizada.

### **3.4. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:**

Efetuar o pagamento conforme o determinado no Termo de Referência.

Cobrar, no momento da entrega, a fiscalização do bem, objeto do presente processo licitatório, que será realizada pelo fiscal da ata, indicado na respectiva Portaria.

| <b>4. ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS.</b> |                         |  |                              |
|--|-------------------------|--|------------------------------|
| <b>PROCESSO ANTERIOR:</b>  | <b>CONSUMO ANTERIOR</b> | <b>CONSUMO ATUAL PRETENDIDO:</b>   | <b>VIGÊNCIA DO CONTRATO:</b> |
| —  | Inexistente             | 01 (uma) caminhonete tipo pick-up, cabine dupla, tração 4x4, diesel, equipada com snorkel, destinada ao uso operacional da SEMOT, na cor branca.                     | Aquisição única.             |
| —  | Inexistente             | 01 (um) caminhão equipado com plataforma de trabalho aéreo (cesto aéreo) isolado, com altura mínima de trabalho de 14 metros, destinada ao uso operacional da SEMOT. | Aquisição única.             |

### **5. ANÁLISE DAS SOLUÇÕES.**

Para atendimento da demanda, foram analisadas alternativas viáveis à aquisição de veículos próprios: 01 (uma) caminhonete tipo pick-up, cabine dupla, tração 4x4, diesel, equipada com snorkel, na cor branca e 01 (um) caminhão equipado com plataforma de trabalho aéreo (cesto aéreo) isolado, com altura mínima de trabalho de 14 metros, considerando aspectos de disponibilidade, custo ao longo do tempo, eficiência operacional e continuidade do serviço público. Dentre as soluções avaliadas, verificou-se a possibilidade de locação de veículo, a utilização da frota existente e a contratação de transporte terceirizado sob demanda.



A locação de veículos foi considerada como alternativa possível, uma vez que elimina custos iniciais de aquisição e manutenção direta. Entretanto, tal solução mostrou-se menos vantajosa no médio e longo prazo, tendo em vista que a necessidade dos veículos é permanente e contínua, não possuindo prazo determinado para encerramento. A locação implicaria pagamento recorrente, tornando-se economicamente menos vantajosa ao longo do tempo, além de não garantir disponibilidade integral dos veículos em situações emergenciais, podendo haver limitações contratuais de uso, quilometragem e restrições operacionais incompatíveis com a natureza das atividades desenvolvidas pela Secretaria. Ademais, a locação do caminhão não se apresenta como solução simples de contratação, em razão da indisponibilidade de veículo com características específicas para locação no município.

Também foi analisada a possibilidade de atendimento da demanda por meio da frota municipal existente. Contudo, verificou-se que os veículos atualmente disponíveis já se encontram integralmente alocados às atividades rotineiras das Secretarias, apresentando, em sua maioria, estado e tempo de uso avançados, não havendo disponibilidade de unidade com características técnicas compatíveis com as exigências de uso severo, deslocamento em áreas rurais, estradas não pavimentadas e locais sujeitos a alagamentos. A eventual realocação de veículos comprometeria a continuidade de serviços já em execução, não se mostrando solução adequada.

Por fim, avaliou-se a contratação de serviços de transporte terceirizado para a caminhonete, conforme a necessidade. Essa alternativa mostrou-se inadequada em razão da natureza das atividades desempenhadas, que exigem disponibilidade imediata, deslocamento para áreas de difícil acesso e atuação em situações emergenciais e imprevisíveis. A dependência do acionamento de empresa terceirizada poderia gerar atrasos no atendimento, aumento de custos operacionais e perda de autonomia administrativa, prejudicando a eficiência e a continuidade dos serviços públicos.

Diante da análise das alternativas, conclui-se que a aquisição de veículos próprios apresenta-se como a solução mais adequada, eficiente e economicamente vantajosa para o atendimento permanente das demandas da Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Segurança.

## **6. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO.**

Estima-se o valor da contratação em aproximadamente R\$ 1.200.000,00, com base em levantamento de contratações públicas similares.





Vislumbra-se que tal valor deverá ser compatível com os orçamentos e com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal nº 16/2023, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Santo Antônio da Patrulha, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

A solução proposta é a aquisição de 01 (uma) caminhonete tipo pick-up, cabine dupla, tração 4x4, diesel, equipada com snorkel, na cor branca e 01 (um) caminhão equipado com plataforma de trabalho aéreo (cesto aéreo) isolado, com altura mínima de trabalho de 14 metros, destinados ao uso operacional do departamento de Iluminação Pública, conforme as especificações e condições descritas em cada item no Termo de Referência, para que posteriormente a Administração Pública Municipal realize de forma assertiva seus amparos, manutenções e instalações.

Tais referências foram obtidas por meio de pesquisas em licitações anteriores, efetuadas com base no Decreto Municipal nº 016/2023, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Santo Antônio da Patrulha, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações deverão observar o princípio do parcelamento, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, de modo a ampliar a competitividade e evitar a concentração de mercado. O §1º do mesmo artigo estabelece que, na aplicação desse princípio, devem ser considerados fatores como a



responsabilidade técnica, o custo administrativo decorrente da gestão de múltiplos contratos e as vantagens da divisão do objeto em itens, especialmente quando não se tratar de sistema único e integrado.

Considerando a natureza dos objetos, quanto ao princípio do parcelamento, previsto no art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, verifica-se a viabilidade técnica e econômica do parcelamento da contratação em itens distintos, correspondentes a cada tipo de veículo, permitindo a ampliação da competitividade e a participação de fornecedores especializados, sem prejuízo à eficiência da contratação.

## **9. RESULTADOS PRETENDIDOS.**

O presente processo licitatório tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para o Município, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, legalidade e do interesse público.

Busca-se, ainda, garantir o tratamento isonômico entre os licitantes, promover a justa competição e prevenir contratações com sobrepreço, preços inexequíveis ou que possam resultar em superfaturamento durante a execução contratual.

A contratação decorrente desta licitação deverá observar as boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização do uso de recursos públicos e para a mitigação dos impactos ambientais.

Espera-se, com a aquisição dos veículos, a melhoria da eficiência operacional da Secretaria, com redução do consumo de combustível, em razão da adoção de tecnologia automotiva mais moderna e eficiente, bem como a diminuição dos custos de manutenção, considerando a garantia de fábrica e a menor incidência de falhas mecânicas em veículos novos. Pretende-se, ainda, ampliar a capacidade de atendimento das atribuições com maior segurança, agilidade e confiabilidade nos deslocamentos, especialmente em áreas rurais, estradas não pavimentadas e locais de difícil acesso, incluindo situações de enchentes, alagamentos, deslizamentos e demais eventos climáticos adversos.

## **10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO.**

A Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.



Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) assinatura e publicação do contrato; e
- k) realização de empenho.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E OU INTERDEPENDENTES.**

O presente estudo não identificou a necessidade de contratações acessórias para a adequada execução do objeto, tendo em vista que todos os meios necessários à aquisição e à operacionalização dos serviços podem ser plenamente atendidos com a contratação ora proposta. Assim, o bem pretendido é autônomo, não exigindo contratações correlatas ou interdependentes.

## **12. ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS, ECONÔMICOS E ANÁLISE DE RISCO.**

| <b>IMPACTO AMBIENTAL</b>   | <b>MEDIDA DE TRATAMENTO</b>   |
|--|---|
| - A presente contratação envolve impactos ambientais indiretos inerentes à fabricação, transporte, utilização e manutenção de veículo automotor, considerando o consumo de recursos naturais, a emissão de poluentes | - Como medida de mitigação, a contratação prioriza veículo novo, dotado de tecnologia atualizada, com maior eficiência energética e menores níveis de emissão de poluentes quando comparado a veículos antigos ou com maior |



| atmosféricos, a geração de resíduos e o consumo de combustíveis fósseis ao longo de sua vida útil.   | tempo de uso, contribuindo para a redução relativa do impacto ambiental decorrente das atividades institucionais.  |
|--|--|
| - A aquisição dos bens não implica em impacto ambiental direto, mas apenas indireto derivado de seu processo de fabricação e uso.  | - Durante a fase de utilização, deverão ser observadas boas práticas de uso racional dos veículos, incluindo manutenção preventiva periódica, condução eficiente e adequada destinação ambientalmente correta de resíduos gerados nas manutenções, tais como óleos lubrificantes, filtros, pneus e demais componentes automotivos, em conformidade com a legislação ambiental vigente. |
| - A adoção das medidas citadas contribui para a minimização dos impactos ambientais associados à contratação, alinhando a aquisição aos princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental na Administração Pública.  | Impacto positivo. Não há medida de tratamento  |
| Ao contratar uma empresa comprometida com a sustentabilidade ambiental, o Município contribui para a preservação dos recursos naturais e para o desenvolvimento de uma economia sustentável.   |  |
| IMPACTO SOCIAL   | MEDIDA DE TRATAMENTO   |
| - A contratação apresenta impacto social positivo, ao fortalecer a capacidade operacional da Administração Pública na prestação de serviços à população. A contratação contribuirá também para a redução de demandas reprimidas, melhoria do tempo de resposta aos atendimentos, aumento da segurança das equipes em campo e qualificação dos serviços prestados à população, promovendo maior eficiência, continuidade e confiabilidade das | Impacto positivo. Não há medida de tratamento  |



|   |  |
|---|--|
| ações institucionais.   |  |
| - A disponibilização de veículos adequados às condições de uso permitirá maior eficiência no atendimento das necessidades da municipalidade, ampliando a presença do Poder Público em áreas rurais, regiões de difícil acesso, ainda não atendidas e localidades atingidas por eventos climáticos adversos. | Impacto positivo. Não há medida de tratamento  |
| - Destaca-se, ainda, a atuação preventiva e proativa frente à crescente incidência de eventos climáticos severos, possibilitando respostas mais rápidas e seguras em situações de enchentes, alagamentos, deslizamentos e demais ocorrências que demandem deslocamento ágil das equipes técnicas.           | Impacto positivo. Não há medida de tratamento  |
| <b>IMPACTO ECONÔMICO</b>  | <b>MEDIDA DE TRATAMENTO</b>  |
| - A Administração poderá adquirir item em quantidade superior à necessária ou de subutilização do bem, o que poderia resultar em gastos públicos desnecessários e comprometer a alocação eficiente de recursos que poderiam ser destinados a outras políticas públicas.                                     | <p>- A Administração fundamenta a presente contratação em estudo técnico prévio, com análise das necessidades operacionais e da realidade local, de modo a dimensionar adequadamente a quantidade a ser adquirida e garantir a pertinência da contratação.</p> <p>- Após a aquisição, serão adotadas medidas de gestão patrimonial e orientação dos servidores quanto ao uso responsável, à adequada conservação do bem e à necessidade de planejamento prévio para futuras aquisições, de modo a assegurar a maximização da vida útil</p> |





|   |   |
|---|---|
|   | do veículo e a boa aplicação dos recursos públicos.   |
| - Os orçamentos realizados pela Administração poderão ficar acima da média de mercado, causando gastos excessivos e desnecessários ao erário.   | - A equipe responsável pela pesquisa de preços na Administração deverá ser devidamente orientada a observar os critérios legais e normativos aplicáveis à elaboração de orçamentos, levando em consideração a quantidade licitada, com vistas a assegurar maior precisão na pesquisa e otimização da economicidade na contratação pública, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.   |
| - Os orçamentos realizados pela Administração podem ser inexequíveis, causando desinteresse dos fornecedores e possibilidade de redução da competitividade e frustração da licitação. | - A equipe responsável pela pesquisa de preços na Administração deverá ser orientada a seguir os parâmetros legais e metodológicos de elaboração de orçamentos, levando em consideração a quantidade licitada e atentando-se à exequibilidade dos valores levantados, de modo a evitar a definição de preços significativamente abaixo da média de mercado, o que pode comprometer a competitividade, a viabilidade da contratação e a efetividade da licitação, em consonância com a Lei nº 14.133/2021. |
| - Risco de não entrega, atraso na entrega, entrega em desacordo, falha do equipamento (especialmente cesto aéreo), indisponibilidade de assistência técnica.                          | - O risco será mitigado mediante a adequada definição das especificações no Termo de Referência, fixação de prazos compatíveis, previsão de recebimento com possibilidade de rejeição em caso de desconformidade, exigência de garantia mínima, aplicação de penalidades por inadimplemento e   |



|   |   |
|---|---|
|   | comprovação de capacidade técnica e de assistência autorizada em distância compatível com a localização do Município. |
| <b>ANÁLISE DE RISCO</b>   |   |
| <p>Para a presente contratação, poderão ocorrer riscos de não entrega do item pela empresa registrada, ocasionando a necessidade de elaboração de notificações extrajudiciais e, persistindo a ausência de entrega, a abertura de processo administrativo especial (PAE). Tal situação pode resultar na falta dos itens licitados e no consequente impacto aos serviços prestados.</p> <p>Para evitar tal situação, deverá ser contratada empresa que comprove sua aptidão a comercializar com a Administração Pública, por intermédio dos documentos de habilitação, bem como ser orientado às licitantes acerca da importância do cumprimento das obrigações estabelecidas neste estudo técnico preliminar, termo de referência e demais documentos licitatórios.</p> |   |

### **13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE.**

Com base na justificativa e nas especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

### **14. APROVAÇÃO E ASSINATURA.**

O Estudo Técnico Preliminar está aprovado e assinado pelos Integrantes Administrativos, Unidade Administrativa Requisitante e pela Autoridade Máxima Competente.



Santo Antônio da Patrulha, 26 de fevereiro de 2026.

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO: **Everton Luís Lima Reis - Oficial Administrativo;**

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO: **Rozelaine dos Santos Oliveira - Diretora**

**Administrativa de Obras;**

UNIDADE ADMINISTRATIVA: **Marcelo Santos da Silva - Secretário Municipal das Obras,**  
**Trânsito e Segurança;**

AUTORIDADE MÁXIMA COMPETENTE: **Rodrigo Gomes Massulo - Prefeito Municipal.**